

Seminário lançará bases para sistema de certificação profissional

Os ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e da Saúde promovem, dias 9 e 10 de setembro, um seminário para estabelecer as bases teóricas e metodológicas da política do Governo Federal para a certificação que reconhecerá experiências profissionais dos trabalhadores. O evento será realizado no auditório do Conselho Nacional de Educação em Brasília e é dirigido a técnicos dos órgãos promotores e também aos que trabalham no Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualificação Industrial (Inmetro), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e nos ministérios da Agricultura e do Turismo.

Segundo a diretora de Educação Profissional da Semtec, Ivone Maria Elias Moreyra, o seminário trata de um tema de grande relevância para os trabalhadores, especialmente para aqueles que aprenderam sua profissão na prática, mas não tiveram condições de frequentar uma escola que os habilitasse. O seminário, também, tentará construir as bases para um sistema nacional de certificação profissional, que será avaliado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Às 9h do primeiro dia, Fernando Vargas, especialista do Centro Interamericano de Investigação e Documentação do Uruguai (Cintefor), vai falar sobre formação profissional. Às 14h30, as experiências do Senai (indústria), Senac (comércio) e do Instituto de Hospitalidade serão apresentadas ao público. Às 16h será a vez da Associação Brasileira de Manutenção (Abraman), da Petrobrás e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No último dia serão expostas as experiências governamentais do Ministério da Educação (SEF, Inep, Proep e Semtec) e as dos ministérios do Trabalho e Emprego e da Saúde.

TEC NEP investe na inscrição de deficientes no mundo produtivo

O Plano Plurianual (PPA) destinará em 2004 recursos para o Programa TEC NEP Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. O programa visa capacitar escolas e constituir centros de referência para a implementação e expansão da oferta de cursos de educação profissional, acesso e permanência no trabalho para pessoas portadoras de deficiências mental, física, auditiva, visual ou múltipla.

Criado em junho de 2000, o TEC NEP é uma parceria entre a Secretaria de Educação Especial (Seesp) e a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec) que tem um banco de recursos humanos que faz das escolas pontes entre profissionais e empresas.

O TEC NEP já tem um centro de referência nacional no atendimento a surdos, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet-SC). No Pará, o Cefet coloca à disposição dos alunos cegos um laboratório especial e também oferece cursos de massoterapia. Alguns portadores de necessidades especiais já possuem até mestrado. No Rio Grande do Norte, o Cefet prima por ministrar aos deficientes visuais cursos de gemologia e lapidação de pedras.

Vitória – O jovem deficiente mental Gustavo Bicca, do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, vinculado à Universidade Federal de Pelotas, está terminando o curso técnico em agropecuária. É expressivo também o número de portadores de Síndrome de Down que, por meio de cursos, revelam todo seu potencial à sociedade. Na Escola Agrotécnica Federal de Satuba, em Alagoas, há cursos básicos na área da agropecuária, que atendem a um número significativo de deficientes mentais.

Para o assessor da Semtec Franklin Nascimento, mais do que oferecer a inserção produtiva no meio social dos portadores de necessidades especiais, ao TEC NEP cabe estimular nas escolas da rede uma cultura de atendimento a essa clientela, uma atitude que devem tomar até por força da lei.

Núcleos – Atualmente, o TEC NEP compreende 30 núcleos de atendimento a pessoas com necessidades especiais. Cada núcleo é integrado pelo gestor responsável pelo programa na escola, por um sociólogo, um psicólogo, por pais e por todos aqueles interessados na formulação de políticas para a área. Além dessa estrutura, o TEC NEP tem gestores em âmbitos nacional, regional e estadual. Segundo Nascimento, a descentralização propicia maior intercâmbio de informações e encaminhamento de demandas entre essas esferas.